



Resumo Expandido (Pôster): Eixo 1 - A educação básica brasileira e desafios da atualidade

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Naiara Hernandez Carvalho – UNESP/Araraquara¹
Helena Martínez Avila de Mello – UNESP/Araraquara²
Thaize Fernanda Ramos Macedo – UNESP/Araraquara³
Fabiana Cristina Frigieri de Vitta – UNESP/Araraquara⁴

Resumo: Nesse artigo nos propomos a refletir a evolução do conceito de criança e infância a partir de uma perspectiva sociológica relacionada à Educação Infantil. É um ensaio baseado em uma revisão de literatura relevante, vários autores dessa área de estudos destacam a valorização e respeito às crianças como sujeitos ativos em seu próprio processo de aprendizagem e desenvolvimento, e de promover uma educação que respeite e valorize suas vozes e perspectivas, ressaltando o reconhecimento da diversidade e a pluralidade das experiências. Essa visão deve ser discutida e incorporada à Educação Infantil para uma prática pedagógica de qualidade que respeite e valorize cada criança em sua singularidade e diversidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Estudos Sociais. Prática Pedagógica.

Introdução

O estudo das infâncias é um campo interdisciplinar que investiga as experiências e desenvolvimento de crianças em diferentes contextos sociais. Considera a criança como agente ativo de sua própria vida, capaz de construir conhecimento e influenciar o mundo ao seu redor. Temos assistido diversas discussões acerca de infâncias e crianças e definições que vêm sendo construídas através de problematizações e estudos complexos.

De acordo com Ariès (1981) a infância é uma categoria histórica, sendo que em alguns períodos, as crianças, inclusive, não se distinguiam claramente dos adultos. A criança por

¹ Mestre em Educação Escolar pela UNIARA. Pedagoga. Membro do GEPADI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Atividade e Desenvolvimento Infantil. Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/3063504294901857>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0884-2512>.

² Mestre em Educação Escolar pela UNESP. Terapeuta Ocupacional. Membro do GEPADI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Atividade e Desenvolvimento Infantil. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5153322405809030>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4149-2147>.

³ Mestranda em Educação Escolar pela UNESP. Pedagoga. Membro do GEPADI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Atividade e Desenvolvimento Infantil. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9100453076681376>. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0003-9883-1549>.

⁴ Livre-docente e Professora Associada na UNESP. Líder do GEPADI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Atividade e Desenvolvimento Infantil. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3696028065401053>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9545-7588>.



muito tempo foi vista como um ser passivo da ação de um adulto, era silenciada, excluída e não existia política destinadas a elas. Essas narrativas começam, então, a ser questionadas e surge no discurso do campo científico, uma nova concepção de criança.

A sociologia da infância entra em cena com o objetivo de dar voz às crianças, incluindo-as como ator social, que tem identidade, possui preferências, constrói cultura através de suas produções, se relacionam com o mundo, decidem, pensam e agem em um contexto social.

Esta nova concepção reconhece a criança como um ser social e culturalmente situado, com sua própria capacidade de influenciar e moldar o mundo ao seu redor, concepção influenciada pelo avanço das ciências sociais e da psicologia do desenvolvimento, que enfatizam a importância do contexto social, cultural e histórico na formação da identidade e do desenvolvimento humano (Aries, 1981; Gouvea, Sarmento, 2008).

Nesta visão, a criança é reconhecida como um sujeito de direitos, à proteção, educação e participação na vida social e política. Além de representar uma nova forma de pensar a infância e a criança, instiga a uma nova perspectiva de se fazer a educação das crianças pequenas (Abramowicz, 2003; Faria, 2005; Kramer, 2007).

Pensando nessa proposição de infância, ressaltamos a importância da educação, como uma área de estudo, examinar a experiência social da infância, incluindo as estruturas e percepções sociais e a forma como as crianças são inseridas socialmente.

Para compreender a concepção de infância e criança, precisamos entendê-la como sujeito histórico, social e cultural e como uma etapa da vida da pessoa. Partindo destas colocações, buscamos refletir a evolução do conceito de criança e infância a partir de uma perspectiva sociológica. Estudar a infância pode nos ajudar a entender como as crianças se desenvolvem cognitivamente, emocional e socialmente e quais os fatores que influenciam nesse desenvolvimento. Por consequência, podem promover o bem-estar físico, emocional e social infantil, pois nos ajudam a identificar as necessidades e desafios que as crianças enfrentam, possibilitando desenvolver estratégias para promoção do seu desenvolvimento integral.

Ao longo dos anos, houve uma mudança significativa na concepção de criança, com uma ênfase cada vez maior na importância de reconhecer as crianças como sujeitos de direitos, com suas próprias vozes, perspectivas e formas de se expressar.

O Parecer 022/1998, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), ao referir-se à concepção de criança, a considerar como um ser social e histórico, capaz de construir conhecimento e de interagir com o ambiente ao seu redor. Segundo o

documento, a criança não é um adulto em miniatura, mas sim um sujeito em desenvolvimento, com características próprias e necessidades específicas. Refere-se uma concepção de criança

- inteligentes, curiosas, animadas, brincalhonas em busca de relacionamentos gratificantes, pois descobertos entendimento, afeto, amor, brincadeira, bom humor e segurança trazem bem estar e felicidade; - tagarelas, desvendando todos os sentidos e significados das múltiplas linguagens de comunicação, por onde a vida se explica; - inquietas, pois tudo deve ser descoberto e compreendido, num mundo que é sempre novo a cada manhã; - encantadas, fascinadas, solidárias e cooperativas desde que o contexto ao seu redor, e principalmente, nós adultos/educadores, saibamos responder, provocar e apoiar o encantamento, a fascinação, que levam ao conhecimento, à generosidade e à participação (Brasil, 1998, p.6)

Kramer, (2006) defende uma concepção que reconhece o que é específico da infância, que é o poder de imaginação, fantasia e criação, destaca também a importância de se reconhecer a diversidade cultural das crianças e de se valorizar suas experiências e saberes, reforçando a necessidade as considerar como sujeitos ativos em seu próprio processo de aprendizagem, e de se promover uma educação integral.

Sarmento (2008) propõe uma nova maneira de pensar a infância, o que leva à consciência social de sua existência, desse modo não cabe ver as crianças como um ser anedótico, engraçadinho e irracional, mas sim como atores sociais, importantes e influentes na cultura e na sociedade em que vivem sendo essa uma conquista dos tempos atuais. O autor defende que a infância é uma construção social e cultural, e que as crianças são agentes ativos em sua própria formação e desenvolvimento. Valoriza o brincar como uma atividade fundamental para o desenvolvimento infantil, destacando a importância de garantir espaços e tempos adequados para exploração do mundo ao seu redor, experimentando diferentes papéis e identidades e desenvolvendo habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Enfatiza a importância de se reconhecer a diversidade e a pluralidade das experiências infantis, valorizando as perspectivas das crianças.

Sobre a infância, o sociólogo Alan Prout (2010), observa que longe de ser uma categoria estável e fixa, ela é híbrida, com presença de fatores humanos e não humanos, discursivos e coletivos, que participam da sua definição. Ressalta as experiências e perspectivas das crianças em seus próprios termos, respeitando suas vozes e participação nas decisões que afetam suas vidas. Ele destaca a necessidade de promover uma educação que valorize a diversidade e a pluralidade das experiências infantis, e reconhecer a importância de garantir espaços e tempos adequados para o brincar e a expressão criativa na vida das crianças.

O Parecer 020/2009, que trata da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ao referir-se à concepção de criança, enfatiza que ela

[...] é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura (Brasil, 2009, p.97).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, é fundamental respeitar a autonomia e a liberdade das crianças em suas brincadeiras. Isso significa reconhecer que elas têm o direito de escolher como e com o que brincar, dentro de limites adequados e seguros. O brincar é uma atividade essencial para o desenvolvimento infantil, pois permite explorarem o mundo ao seu redor, experimentarem diferentes papéis e identidades, e desenvolverem habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Portanto, é importante garantir que as crianças tenham tempo e espaço para brincar de forma livre e autônoma, sem interferências desnecessárias dos adultos.

Diante dos fatores de diversidades, que envolvem as crianças, compactuamos com a ideia de alguns autores, entre eles Sarmento (2008), que comenta sobre a necessidade de reconhecer a diversidade e a pluralidade das experiências infantis, e de promover uma educação que seja sensível às necessidades e características individuais de cada criança. Para Sarmento (2008), a educação infantil deve ser entendida como uma fase singular e não apenas como uma preparação para o ensino fundamental e independentemente de como é o contexto da infância de uma criança ela tem necessidade do brincar como um elemento central do desenvolvimento infantil, argumentando que é uma atividade essencial para a construção do conhecimento e para o seu desenvolvimento. Além disso, o referido autor destaca a importância de identificar a diversidade cultural das crianças e de valorizar suas experiências e saberes.

Começou-se a reconhecer as crianças como indivíduos com necessidades, interesses e perspectivas próprias. Essa mudança na concepção refletiu uma maior sensibilidade e respeito pelas crianças, e uma compreensão de que elas têm o direito de serem ouvidas, respeitadas e protegidas em suas necessidades e interesses.

Considerações finais

Podemos verificar que essa visão vem se ampliando com o intuito de traduzir de maneira mais fiel o que de fato é a criança, proporcionando um espaço de desenvolvimento significativo, considerando valores culturais e sociais. Essa é uma importante contribuição dos estudos sociais da infância.

Essas concepções precisam se fazer presente em qualquer prática pedagógica, pois influenciam a forma de interação entre adultos e crianças, a organização das atividades e contextos educativos, podendo promover uma educação infantil de qualidade que respeite e valorize cada criança em sua singularidade e diversidade, possibilitando se desenvolverem de forma plena e saudável.

Referências

ABRAMOWICZ, A. O direito das crianças à Educação Infantil. *Pro-Posições*, v. 14, n. 3, p.13-24, set./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643858> . Acesso em 15 mar.2024.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2 ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>. Acesso em 29 jan.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil*. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009b, Seção 1, P. 18.

FARIA, A. L. G. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. *Educação & Sociedade [online]*, v. 26, n. 92, p. 1013-1038, outubro 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hPWVkh5NchdwbqLsSXnmkTQ/>. Acesso em 04 fev. 2024.

KRAMER, S. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. *Revista Teias, [S. l.]*, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/23857> . Acesso em: 10 fev. 2024.

PROUT, A. Reconsiderando a nova sociologia da infância. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.141, p.729-750, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/86463c9grYmgkL6NNV4wxD/> . Acesso em 28 abr. 2024.

SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. *Estudos da Infância - educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes, 2008.

